

artigo



CELSON FERNANDES

é coordenador do Comitê para Democratização da Informação (CDI) na regional do Rio de Janeiro

Emancipação digital

POR CELSON FERNANDES

“Somos como um grande peixe que foi arrancado da água e se debate bravamente para achar seu caminho de volta. Nesta condição, o peixe nunca pergunta aonde o próximo movimento vai levá-lo. Ele sente apenas que o seu estado atual é insustentável e que algo precisa ser tentado.”
(provérbio chinês)

O conhecimento gera riqueza e proporciona poder àqueles que o detêm. A democratização do acesso ao conhecimento, aliada a uma estrutura social baseada em redes, pode encurtar o abismo que separa ricos e pobres e promover a transformação social. Nesse processo, a inclusão digital é ferramenta essencial. Sem ela não há inclusão social verdadeira.

Mas, antes de tudo, é preciso romper com paradigmas de desenvolvimento equivocados que tratam as populações de baixa renda como um peso e uma ameaça à sociedade, ao mesmo tempo que excluem mais de 160 milhões de brasileiros do acesso efetivo aos instrumentos tecnológicos.

Tecnologias computacionais defasadas, “soluções populares” e internet de baixa velocidade, por exemplo, nivelam por baixo e cristalizam as desigualdades, limitando *by design* o desenvolvimento de uma enorme quantidade de pessoas e condenando-as à subcidadania.

Existem milhões de jovens que, quando tratados verdadeiramente como cidadãos, revelam seus talentos e produzem resultados encoraja-

dores. Quando instigados a buscar autonomia, e se ganham espaço, metodologias, capacitação e ferramentas para liberar sua capacidade crítica e empreendedora, muitos deles se tornam agentes de transformação tanto no plano pessoal quanto no comunitário, contribuindo de forma consistente para o desenvolvimento sustentável.

As comunidades menos favorecidas configuram oportunidade fantástica para empreendimentos inovadores que apliquem modelos de negócios voltados às necessidades específicas desse mercado. Diversos fabricantes de produtos populares e microempresários locais já descobriram esse potencial.

Do ponto de vista tecnológico, é preciso ampliar radicalmente o acesso à tecnologia da informação e à conectividade em banda larga para as populações marginalizadas, possibilitando a criação de redes sociais de alta interatividade.

Mas é claro que o acesso a essa infra-estrutura tecnológica, *per se*, não produzirá milagres. Para que os resultados aconteçam, é preciso investir em soluções que aliem propostas político-pedagógicas consistentes e conteúdos

**CONDENADOS
À SUBCIDADANIA,
160 MILHÕES DE
BRASILEIROS NÃO TÊM
ACESSO AO MELHOR
DA TECNOLOGIA**



A sinergia entre tecnologia, capacitação e geração de renda é capaz de promover um salto quântico no Brasil, queimando etapas de séculos de opressão e de exclusão



educacionais de qualidade ao melhor da tecnologia, de forma a otimizar a capacidade criativa e empreendedora do brasileiro e incentivá-lo a criar novos mercados na base da pirâmide social como alternativas reais de geração de renda.

Além disso, é fundamental mergulhar no contexto histórico e sociocultural das comunidades excluídas para definir a abordagem correta e desenvolver conteúdos que considerem suas dimensões éticas, ambientais, técnicas, metodológicas, políticas e empresariais.

Dessa forma, um eficiente mecanismo entrará em ação pela sinergia entre tecnologia, capacitação e geração de renda. Com isso, o Brasil poderá reproduzir saltos quânticos que têm levado sociedades rurais e “feudais” diretamente à era do conhecimento, queimando etapas de séculos de opressão e de exclusão do desenvolvimento econômico.

Pesquisas demonstram que o brasileiro possui a seu favor uma alta afinidade com a informática e a internet, apresentando padrões de utilização equivalentes aos usuários de países desenvolvidos e, em muitos casos, até mesmo superior, como no Orkut.

Seja qual for o âmbito de atuação, as ações e os programas de inclusão digital devem contemplar não apenas a melhor solução tecnológica e os melhores conteúdos, mas também proporcionar oportunidades para emancipar o elemento humano, capacitando-o a conhecer melhor a si mesmo, suas potencialidades e os principais problemas e prioridades da comunidade que integra.

Nesse aspecto, não há como ignorar a relevância de apoios financeiros e materiais. O incentivo fiscal da Lei nº 9.249, de 1995, que permite abater 2% do lucro operacional

O maior desafio que permanece é o de integrar as ações dos diversos atores sociais, que podem ser executadas pelos setores público, privado e não governamental

bruto das empresas, tem sido insuficiente para promover a dinâmica de investimentos sociais de que o País precisa.

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, também ainda não produziu resultados significativos. Seus recursos, superiores a R\$ 5 bilhões, estão contingenciados para cobertura do déficit nominal do governo, em vez de ser destinados a ampliar as telecomunicações no País e a democratizar a informatização e o acesso ao conhecimento, conforme previsto.

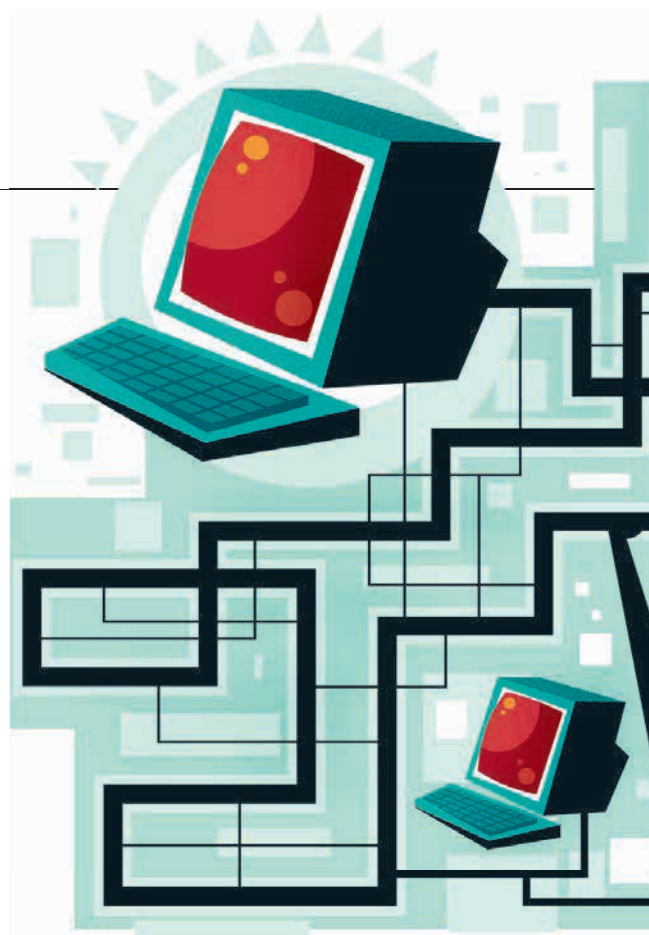
Muitas iniciativas têm surgido nos âmbitos do setor privado, do governamental e do acadêmico. Entretanto, um desafio permanece: o de desenvolver estratégias e ações que integrem todas essas áreas. Muito mais pode ser alcançado por meio da ampla colaboração entre os diversos atores sociais, e há iniciativas prioritárias que podem ser executadas pelos setores público, privado e não governamental:

SETOR PÚBLICO

- A medida mais urgente é a liberação imediata dos recursos do Fust. É preciso determinação política por parte do governo federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para, em conjunto com as operadoras de telecomunicações, encontrar formas criativas de superar esse impasse. A utilização dos recursos do fundo para projetos de inclusão digital provocará um alto impacto socioeconômico e efeito multiplicador em toda a sociedade.

- Criar incentivos fiscais para uso da capacidade ociosa da malha de fibras óticas e sua extensão às pontas ainda não atendidas, além de formação de redes de acesso e de troca de conhecimento entre comunidades de baixa renda.

- Estabelecer indicadores socioeconômicos que permitam monitorar e estimular a inclusão digital, bem como direcionar e criar incentivos



para a produção de conteúdos educacionais.

- Dinamizar a estrutura legal e regulatória e reduzir as barreiras para o crescimento, ampliando o acesso ao microfinanciamento a juros baixos para projetos sociais baseados na inclusão digital.

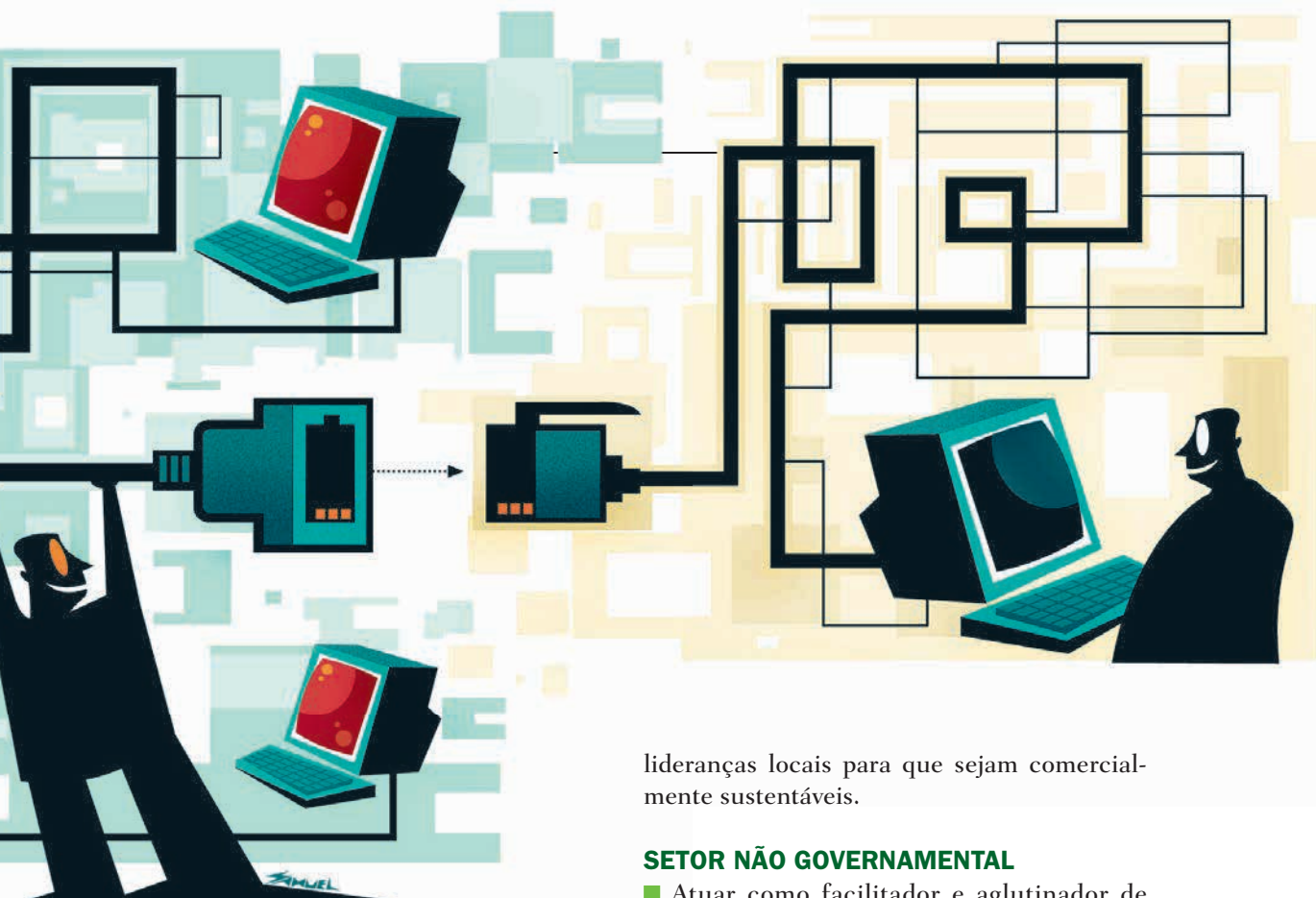
- Regular o gerenciamento do fim da vida útil de produtos tecnológicos e criar incentivos para reciclagem e descarte seguro desses equipamentos e componentes.

SETOR PRIVADO

- Investir no fortalecimento de projetos de inclusão digital que surtam efeito social e minimizem o impacto ambiental do lixo tecnológico.

- Exercer políticas de doações de equipamentos, tanto novos quanto usados, atreladas ao ciclo de atualização tecnológica da empresa, destinando aos projetos de inclusão máquinas que permitam aplicações avançadas.

- Aproveitar o voluntariado, um apoio cada vez mais necessário e capaz de potencializar o uso



da infra-estrutura tecnológica e de ferramentas gerenciais disponíveis na própria empresa.

- Agir em conjunto com instituições do terceiro setor que possuam as competências essenciais e acesso às comunidades de baixa renda para maximizar o retorno dos investimentos sociais.

- Reconhecer as especificidades da base da pirâmide social, criando soluções inovadoras que ofereçam vasto espectro de produtos e serviços de qualidade a preços baixos.

- Estimular o desenvolvimento de modelos de negócios e de canais e processos eficientes de marketing e distribuição para comunidades de baixa renda, baseados na tecnologia da informação e na comunicação. Tal modelagem deve possibilitar a expansão e a reprodução para atender a esses mercados e fazer uso da capacidade empreendedora e associativa das

lideranças locais para que sejam comercialmente sustentáveis.

SETOR NÃO GOVERNAMENTAL

- Atuar como facilitador e aglutinador de parcerias entre os diversos atores de todos os setores e buscar a excelência na execução dos projetos a fim de maximizar o retorno social sobre os investimentos.

- Usar sua experiência para aprimorar a gestão de projetos e estabelecer parcerias que agreguem conteúdo e valor aos programas.

- Influenciar as políticas públicas.

- Criar uma rede de ONGs, representando os vários espectros do setor, em campanha para mobilizar

a sociedade a pressionar governo, lideranças políticas e operadoras de telecomunicações a liberar imediatamente as verbas do Fust.

Se cada um dos segmentos da sociedade fizer a sua parte, todos estarão investindo no grande objetivo da inclusão digital que é a construção coletiva do conhecimento. Esse conhecimento será capaz de moldar um círculo virtuoso de geração de riqueza, sem contrastes tão alarmantes. @

**MAIS DE R\$ 5 BILHÕES
DE UM FUNDO PARA
UNIVERSALIZAÇÃO DE
TELECOMUNICAÇÕES
ENCONTRAM-SE
CONTINGENCIADOS**